



PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª (SEGUNDA) VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS ESTADUAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – ESTADO DO PARANÁ
Rua Padre Anchieta, 1287, Bigorrião – Curitiba/PR - CEP 80730-000. Telefone (41) 3561-7955

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

(NU 0007880-79.2005.8.16.0185 PROJUDI)

O Doutor DOUGLAS MARCEL PERES, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Execuções Fiscais Estaduais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, FAZ SABER aos interessados que, na **Execução Fiscal Nº 0007880-79.2005.8.16.0185 (PROJUDI)**, movido por DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ - DETRAN/PR em face de TEREZINHA YAVORSKI MILLARCH (CPF: 232.281.569-15), será levado a leilão judicial o bem abaixo descrito, observadas as condições gerais estipuladas:

1ª Leilão: 30/01/2017 às 10h00min, por preço igual ou superior ao valor atualizado da avaliação.

2ª Leilão: 06/02/2017 às 10h00min, por preço superior a 50% do valor da avaliação.

MODALIDADE DO LEILÃO: Os leilões serão realizados presencialmente no escritório do Leiloeiro, com endereço à Rua Marechal Deodoro, 235, Sala 101/102, Curitiba/PR, **Telefone 0800.052.4520**, com **transmissão ao vivo** pela internet, bem como **eletronicamente** com recepção de lances *online* através do site **www.oleiloes.com.br**, mediante cadastramento prévio e aprovado do arrematante com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data do leilão, em ambos os casos com pagamento à vista. O interessado em adquirir o bem em prestações deverá apresentar proposta por escrito ao Leiloeiro antes do início do leilão.

LEILOEIRO: O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Marcelo Soares de Oliveira, matriculado na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR, sob o nº 08/011-L. Mais informações no site www.oleiloes.com.br ou (41) 99870-7000.

DESCRIÇÃO DO BEM: *VEÍCULO HONDA C100 BIZ ES, ANO/MODELO 2002, PLACA AKG-8392, COR AZUL, RENAVAL: 78.328627-9, CHASSI 9C2HA07102R041856,*

VISITAÇÃO E VISTORIA: Agendar com o Leiloeiro através do telefone ou e-mail contato@oliveiraleiloes.com.br.

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 1.500,00 em 07/12/2012 (mov. 1.16).

DÉBITO EXECUTADO: R\$ 16.823,38, atualizado até 15/05/2015 (mov. 1.16).

ÔNUS: Constam débitos no importe de R\$ 451,76, conforme consulta pública ao site do DETRAN/PR realizada em 18/01/2017 através do RENAVAL, podendo sofrer alterações.

DEPOSITÁRIO: A Executada (mov. 1.11).

REMUNERAÇÃO DO LEILÃO: A remuneração do Leiloeiro será devida observadas as seguintes hipóteses: (a) em caso de arrematação, comissão de 5% sobre o valor da arrematação, sendo devida pelo arrematante; (b) em caso de adjudicação, comissão de 2% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo credor; (c) em caso de remição, comissão de 2% sobre o valor da avaliação, sendo devida por quem remir; (d) em caso de acordo ou transação, comissão de 2% sobre o valor da avaliação, a ser rateada entre as partes. Além da remuneração da comissão, o Leiloeiro poderá cobrar o ressarcimento das despesas efetuadas. A comissão e o ressarcimento das despesas efetuadas deverão ser pagas à vista no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, porém, sendo nula ou anulada a arrematação serão devolvidos os valores recebidos a título de comissão e ressarcimento, com correção.

OBSERVAÇÕES: O interessado em adquirir o bem em prestações deverá apresentar proposta por escrito ao leiloeiro até o início do leilão, na forma do art. 895 do CPC. A venda será efetuada no estado em que o bem se encontra, conforme auto de penhora. Em se tratando de bem móvel, fica o adquirente ciente de que haverá incidência de ICMS no percentual de 1% sobre o valor do arremate. Fica desde logo intimado o Executado das datas acima, se porventura não for encontrado para intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889 do CPC e de que, antes da arrematação e da adjudicação do bem, poderá remir a execução, consoante o disposto no artigo 826 do CPC. Caso não haja expediente forense na data designada, o ato é automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Por fim, caso não haja arrematação nas datas designadas, o bem poderá ficar, a critério do Juízo, disponível para venda direta pelo período de 90 (noventa) dias que se sucederem ao leilão, nas mesmas condições. A fim de dar ampla divulgação ao presente leilão, este edital será publicado na modalidade eletrônica, sendo que o Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente, o qual se presume ser de conhecimento de todos os interessados. Do que para constar, expedi o presente edital, que será publicado nos termos da lei. Curitiba/PR, 18 de janeiro de 2017. Eu, Leiloeiro Público Oficial, que o fiz digitar, por ordem da MM. Juiz de Direito.

DOUGLAS MARCEL PERES
Juiz de Direito